

Difícil acordo

GAZETA MERCANTIL

este ano com

Dívida Externa

OS credores

10 MAI 1989

por Celso Pinto
de Washington

São praticamente nulas as possibilidades de o Brasil vir a se beneficiar, a curto prazo, com o chamado Plano Brady para redução da dívida externa.

"Para isso é preciso que os países devedores estejam num processo econômico estável, e o Brasil não está nem há indicações de que resolva logo seus problemas", disse ontem uma qualificada fonte da área financeira do governo norte-americano a um grupo de empresários brasileiros e a um líder sindical, Luiz Antônio de Medeiros. "Hoje não há condições de ajudar o Brasil", definiu a fonte.

Para candidatar-se ao esquema de redução da dívida imaginado pelo governo norte-americano, o Brasil teria de acertar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). Há fortes indicações em Washington de que dificilmente isso acontecerá. Embora fontes do Fundo ainda mantenham certo otimismo, no BIRD a hipó-

tese de se chegar a um acordo em relação à política macroeconômica com o Brasil ainda neste ano já não é levada em consideração. A fonte financeira do governo compartilha do pessimismo.

O Brasil atravessa hoje uma situação de crise econômica muito séria, na opinião da mesma fonte governamental. "A inflação alta", raciocina a fonte, "é um dos indicadores de que um país não resolveu tensões básicas sobre a distribuição de renda e de poder político, um processo agravado pela democratização."

E as reformas estruturais exigidas dos devedores para esquemas negociados de redução da dívida acabam implicando um agravamento deste tipo de tensão.

O que os Estados Unidos têm em mente, a curto prazo, em relação ao Plano Brady "é incluir alguns países que já iniciaram reformas, como o México, a Venezuela, talvez a Costa Rica e as Filipinas", confirmou, à tarde, ao mesmo grupo, Michael Skol, subsecretário para América Latina do Escritório de Negócios Latino-Americanos do Departamento de Estado norte-americano. "São grandes devedores com vontade política para iniciar reformas estruturais", completou. O Brasil, teoricamente, poderia participar do esquema, "mas é difícil fazer (tais reformas) em meio a uma campanha presidencial", admitiu.

O Plano Brady ainda não tem uma forma acabada, mas alguns de seus pontos começam a se definir em Washington. O princípio é que tanto o Fundo quanto o BIRD destinem um quarto de seus programas normais aos devedores para a redução da dívida. A fonte financeira do governo mencionou que os recursos poderão equivaler a 40 a 50% das cotas que os países mantêm no FMI — o Banco Mundial colocaria um montante idêntico. No caso do Brasil, os recursos mobilizáveis somariam de US\$ 600 milhões a US\$ 700 milhões.

As operações de redução poderiam envolver desde a compra direta da dívida no mercado, com deságio, à

troca por investimentos ou novos títulos, com juros

(Continua na página 19)

O Banco Mundial suspendeu temporariamente as negociações dos empréstimos setoriais ao governo brasileiro até que seja fechado um acordo com o FMI que dê à instituição multilateral de crédito uma avaliação da situação macroeconómica do País para este ano. "Embora possamos não gostar, essa é uma atitude normal, natural, do Banco Mundial", disse a este jornal uma qualificada fonte do Ministério da Fazenda, que foi informada dessa disposição do BIRD.

(Ver página 19)

Difícil acordo este ano com os credores

por Celso Pinto
de Washington
(Continuação da 1ª página)

mais baixos ou em valor inferior ao original. Os recursos do FMI e do BIRD poderiam ajudar nessas operações.

Uma das chaves para o sucesso seria oferecer aos bancos garantias na troca da dívida velha por títulos novos, de forma a tornar atraente a absorção imediata de perdas. O principal, segundo a fonte governamental, deverá ser garantido com recursos dos próprios devedores, por meio da compra de títulos do Tesouro norte-americano com cupom zero de juros (ou seja, pagando juros apenas no final). O valor presente desses títulos, de longo prazo (possivelmente trinta anos), seria relativamente pequeno

e seria depositado numa conta de garantia do FMI. A fonte financeira diz que não está no espírito da proposta o financiamento dos recursos para garantir o principal, mas uma fonte qualificada do FMI trabalha com a perspectiva de o próprio FMI gerar os recursos.

Vital seria garantir os juros para os novos títulos, já que eles representam a maior parcela de recursos envolvidos até o final da operação. Os bancos privados gostariam que a garantia dos juros, que seria dada pelo BIRD, chegasse a três anos, mas o Tesouro quer que ela abranja apenas um ano.

No FMI, menciona-se a possibilidade de o órgão autorizar a manutenção de atrasados nos pagamentos externos de juros aos bancos credores de países que

se envolvam no esquema Brady, desde que esses países indiquem claramente seu desejo de mudanças. No BIRD haveria a mesma disposição, segundo outras fontes. Essa seria uma abertura interessante para uma convivência com a situação de moratória de fato em que está a maioria dos países latino-americanos. A autorização do FMI para manutenção de restrições cambiais no pagamento de atrasados tornaria, por exemplo, inútil qualquer iniciativa legal de bancos credores em processar devedores.

Uma posição firmada e inabalável é que o esquema Brady será inteiramente voluntário. A fonte financeira do governo alega que a própria lógica do mercado se encarregará de tornar a operação inevitável para os bancos, à medida

que estes começem a se envolver no processo. A fonte acredita que o potencial, no caso do Brasil, seria reduzir o estoque da dívida em até US\$ 8 bilhões por ano, com a soma de recompra de dívida no mercado, securitização e conversões em investimentos.

William Milan, subsecretário para finanças internacionais e desenvolvimento do Departamento do Estado, que também conversou com o grupo, acha que no caso brasileiro o esquema mais eficaz seria o que pudesse envolver redução no montante de juros a serem pagos, ajudando, de imediato, o fluxo externo.

O esquema Brady, ressaltou, é complementar ao processo tradicional de negociação e à própria necessidade adicional de dinheiro novo.

O ponto central, contudo, é que o esquema só estará disponível para países que estejam dispostos a abrir a economia, reduzir o papel do Estado e conter o déficit público, entre as condições essenciais. O México, que fez "dramáticas mudanças", na classificação de Donald McConvile, também do Departamento do Estado, criou uma percepção favorável na opinião pública norte-americana. Ele não disse, mas em todos os encontros mantidos ontem pelo grupo ficou claro que o Brasil, ao contrário, é entendido como estando muito longe de um ajuste nos moldes desejados pelos Estados Unidos.

O grupo de empresários é ligado ao movimento do Pensamento Nacional de Bases Empresariais (PNBE). Eles vieram aos Estados Unidos para discutir a questão da dívida (em novembro passado o mesmo grupo foi a Israel discutir o choque anti-inflacionário) e, em todos os encontros, tem procurado marcar sua preocupação com a estabilidade política e econômica brasileira, caso, entre outros pré-requisitos, não se abra um horizonte para uma negociação mais vantajosa da dívida.

Nos encontros de ontem, especialmente no Departamento de Estado, eles ouviram enfáticas defesas da preservação do processo democrático na América Latina, como um dos objetivos norte-americanos. No entanto, também ficou igualmente enfatizado que nenhum esquema especial será feito para aliviar a situação da dívida, se os próprios devedores não tomarem iniciativas de mudanças econômicas na direção

desejada. Igualmente, clara ficou a percepção de que não se imagina, em Washington, que o Brasil fará isso antes da eleição presidencial.

Medeiros, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, diz já ter tirado das conversas que manteve nos Estados Unidos uma conclusão preciosa: não adianta esperar alguma ajuda norte-americana para resolver os problemas. O Brasil terá de fazer o que tem de ser feito sozinho — o que, em sua opinião, inclui a adoção de um esquema unilateral para aliviar a dívida externa — e só depois buscar apoio externo. Uma tarefa que ele atribui ao novo presidente.

Os empresários que vieram aos Estados Unidos são: Oded Grajew, Emerson Kapaz, Salo Seibel, Eduardo Capobianco, Adauto Ponte, Cassio Vecchiatti, Joseph Couri, Bruno Nardini e Fabio Starace. O grupo tem encontros hoje com a central sindical AFL-CIO, com o BIRD, o BID e o congressista Bruce Morrison. Amanhã, em Nova York, estão previstas conversas com banqueiros.